



## Tradução e diplomacia: análise intercultural da carta do imperador chinês Qianlong ao rei português D. José I

Translation and diplomacy: An intercultural analysis of the letter from Qianlong emperor to King Joseph I

Lu Chunhui

Universidade de Macau

Macau, China

luchunhui@um.edu.mo 

<https://orcid.org/0000-0001-7744-9197> 

**Resumo:** Inserido no contexto histórico das relações sino-portuguesas, o presente estudo concentra-se na última embaixada portuguesa à China: a missão de Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio, com foco na tradução chinês-português da carta credencial enviada pelo imperador Qianlong ao rei D. José I, em 1753. A análise fundamenta-se na teoria da intercultura de Anthony Pym. Conhecida como o *Grande Rolo Amarelo*, a carta apresenta três versões paralelas — em manchu, chinês e português — sendo esta última uma tradução da versão chinesa, realizada por Avguštín Hallerstein, missionário jesuíta a serviço da Corte Qing. A versão chinesa é marcada por ativez e superioridade, características do discurso oficial sustentado pela ideologia da centralidade chinesa e pelo Sistema Tributário vigente. A análise textual comparativa entre o original e a tradução evidencia que o tradutor, ciente das tensões culturais e ideológicas, adotou estratégias voltadas à atenuação da hierarquia explícita. Como resultado, a tradução em português recria uma relação de igualdade e equilíbrio diplomático entre as duas nações, contribuindo para o êxito da embaixada e para a preservação da dignidade da Corte portuguesa. Essas intervenções demonstram o papel fundamental do tradutor enquanto mediador intercultural, capaz de conciliar e harmonizar perspectivas e interesses distintos.

**Palavras-chave:** Qianlong; D. José I; o *Grande Rolo Amarelo*; historiografia da tradução; intercultura.

**Abstract:** Situated within the historical context of Sino-Portuguese relations, this study focuses on the last Portuguese embassy to China: the mission of Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio, with particular attention to the Chinese-Portuguese translation of the letter of credence sent by Emperor Qianlong to King Joseph I in 1753. The analysis is grounded in Anthony Pym's theory of



interculture. Known as the *Grande Rolo Amarelo*, the letter contains three parallel versions — in Manchu, Chinese, and Portuguese. The Portuguese version is a translation of the Chinese text, produced by Avguštin Hallerstein, a Jesuit missionary serving at the Qing Court. The Chinese version is marked by haughtiness and superiority, typical of the official discourse shaped by the ideology of Chinese centrality and the prevailing Tributary System. A comparative textual analysis of the original and the translation reveals that the translator, aware of the cultural and ideological tensions, adopted strategies to soften the explicit hierarchical tone. As a result, the Portuguese version reconstructs a relationship of diplomatic equality and balance between the two nations, contributing to the success of the embassy and the preservation of the dignity of the Portuguese Court. These interventions highlight the translator's crucial role as an intercultural mediator, capable of reconciling and harmonizing distinct perspectives and interests.

**Keywords:** Qianlong; King Joseph I; the *Grande Rolo Amarelo*; translation historiography; interculture.

## I. Introdução

Os registros oficiais chineses e portugueses documentam, ao todo, cinco missões diplomáticas portuguesas enviadas à China: Tomé Pires (1517), Manuel de Saldanha (1667), Bento Pereira de Faria (1678), Alexandre Metelo de Sousa e Menezes (1725) e Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio (1752) (Jin, 2021). Desse modo, a missão de Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio, objeto do presente estudo, constitui a última iniciativa diplomática da Corte portuguesa dirigida à China, então sob domínio da dinastia Qing (1644–1911). A delegação partiu de Lisboa em 23 de fevereiro de 1752 e chegou a Pequim no dia 1º de maio de 1753. A recepção oficial ocorreu em 4 de maio, no Palácio Qian Qing Gong (乾清宮, Palácio da Pureza Celestial), durante uma cerimônia solene e de caráter privilegiado, na qual o embaixador português entregou pessoalmente uma carta credencial de D. José I (1714–1777, reinado 1750–1777) ao imperador Qianlong (1711–1799, reinado 1735–1796) (Biker, 1879).

Como resposta, em 27 de maio, o monarca chinês concedeu à delegação portuguesa uma carta credencial elaborada em um rolo de seda amarela, com dimensões de 3850 x 860 mm (Gomes, 2014). O conteúdo do documento está redigido em três línguas — manchu, chinês e português — dispostas sequencialmente da esquerda para a direita. Essa carta, atualmente preservada na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, é conhecida como o *Grande Rolo Amarelo*, denominação que possivelmente se relaciona com a cor e o tamanho do material de suporte. Reconhecido pelo seu elevado valor histórico e cultural, o *Grande Rolo Amarelo* tem sido apresentado, em diversas ocasiões, como símbolo das antigas e cordiais relações diplomáticas entre a China e Portugal, duas civilizações geograficamente distantes, mas conectadas por cerca de cinco séculos de contatos e interações<sup>1</sup>.

Bibliograficamente, a embaixada de Pacheco e Sampaio está registrada, desde tempos antigos, em obras clássicas e fontes de Macau (Montalto de Jesus, 1902; Ljungstedt, 1836; “Última embaixada

---

<sup>1</sup> O referido documento foi apresentado em formato digital no Pavilhão de Portugal durante a Exposição Universal de Xangai, em 2010. De dezembro de 2024 a 20 de julho de 2025, uma cópia foi exibida na mostra “Ventos de Confluência: A História de Macau nos Arquivos Históricos das Dinastias Ming e Qing”, organizada pelo Primeiro Arquivo Histórico da China, pela Universidade de Macau e pela Biblioteca da Ajuda.

portuguesa á China”, 1836), bem como em diversos estudos modernos (Brazão, 1949; Teixeira, 1984; Vilhena de Carvalho, 2015, 2018). Essas referências fornecem informações históricas ricas e valiosas sobre o evento, mas não se concentram em um aspecto específico. Por outro lado, alguns trabalhos buscam contextualizar a missão no quadro das relações diplomáticas da época, destacando o encontro e o choque entre o Ocidente e o Sistema Tributário chinês (Lu, 2025; Saldanha, 1996, 2000; Zhou, 1991). Infelizmente, são poucos os estudos que abordam especificamente o *Grande Rolo Amarelo*, à exceção das pesquisas de Gomes (2014) e He (2016). Até o momento, não há nenhuma pesquisa dedicada à análise da sua tradução.

Estudar a tradução do *Grande Rolo Amarelo* significa, em essência, examinar a relação intrínseca entre diplomacia e tradução. Nos últimos anos, essa questão vem recebendo crescente atenção no meio acadêmico internacional, como demonstram duas obras recentes que tratam do papel do intérprete e da tradução na embaixada de Macartney (Harrison, 2021; Wong, 2022). Esses estudos evidenciam a importância da tradução nas atividades diplomáticas e o seu impacto crucial na política, na cultura e na história do país. No contexto das relações diplomáticas sino-portuguesas, essa dimensão merece destaque especial, já que o resultado trágico do primeiro contato oficial entre a China e Portugal, a embaixada de Tomé Pires, esteve profundamente relacionado à atuação do intérprete, o conhecido Hoja Yasan (火者亞三) (Jin & Wu, 2003).

O presente estudo tem como objetivo analisar a tradução presente no *Grande Rolo Amarelo*, explorando, sobretudo, duas dimensões fundamentais, correspondentes aos dois sentidos do termo “tradução”: como ato e como produto. Busca-se responder às seguintes perguntas: de que modo foi traduzida a carta credencial do imperador Qianlong? Quem foi o responsável pela tradução? Quais características se evidenciam no texto traduzido? E quais implicações a intervenção do tradutor pode ter tido no respectivo contexto histórico?

A partir dessas questões, a pesquisa busca destacar o papel e a função do tradutor na dinâmica da mediação intercultural, mobilizando, para isso, o referencial teórico da intercultura sistematizado por Anthony Pym. Do ponto de vista metodológico, adota-se uma abordagem interdisciplinar, que articula análise textual com investigação historiográfica, com o intuito de examinar o impacto sociopolítico da tradução na construção de narrativas entre culturas.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo introdução e considerações finais. A segunda seção é dedicada a uma apresentação crítica da teoria da intercultura de Pym. A terceira propõe uma reconstrução histórica dos processos de tradução da carta de Qianlong, destacando as suas implicações simbólicas e teóricas no plano intercultural. A quarta seção contextualiza a embaixada, analisa textualmente o *Grande Rolo Amarelo* e discute o papel do tradutor enquanto intermediário entre o Império Qing e Portugal.

## 2. Intercultura nos estudos de tradução

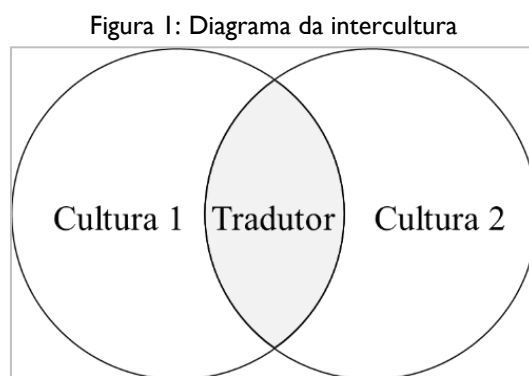
### 2.1 Proposta da intercultura

No esforço de repensar a história da tradução, Anthony Pym (1956–), acadêmico australiano, propõe a noção de intercultura (*interculture*), ou interculturalidade (*interculturality*). Essa perspectiva tem ganhado relevância no contexto contemporâneo, à medida que os tradutores passam a ser



reconhecidos como mediadores interculturais (Cronin, 1999). A reflexão de Pym insere-se em um movimento mais amplo de expansão disciplinar que aproxima os estudos de tradução dos estudos interculturais (Pym, 2014).

A teoria da interculturalidade é desenvolvida e sistematizada em *Method in Translation History*, originalmente publicado em 1998 e reeditado em 2014. A teoria é visualizada por Pym por meio de um diagrama simples: dois círculos parcialmente sobrepostos representam duas culturas distintas, sendo o espaço de interseção o lugar ocupado pelo tradutor (Figura 1):



Fonte: Pym (2014, p. 177)

Essa representação gráfica condensa três premissas fundamentais: (1) As culturas não existem de forma isolada, mas sobrepõem-se parcialmente; (2) o tradutor não pertence exclusivamente a uma única cultura; (3) ocupando o lugar de interseção entre as culturas, o tradutor é conceptualizado como um agente naturalmente intercultural. Essa noção pode ser expandida para abranger contextos pluriculturais, representados por múltiplos círculos sobrepostos no diagrama.

A concepção inovadora de Pym insere-se em uma crítica às abordagens tradicionais nos estudos de tradução, que tendem a privilegiar unilateralmente a língua e a cultura de partida ou de chegada. Recusando enquadramentos dicotômicos, propõe-se uma abordagem dinâmica e relacional, centrada nas práticas de mediação e nas redes de contato intercultural.

Com isso, o objeto da história da tradução passa a ser uma prática enraizada em contextos sociais e interculturais. Essa perspectiva conduz a uma hipótese metodológica mais abrangente: “os tradutores são interseções” (Pym, 2014, p. 182). Essa condição pode ser estendida a outras figuras de mediação, como diplomatas, comerciantes, espiões, intérpretes ou até mesmo prostitutas de alto nível, todos agentes que atuam em zonas de contato cultural e desempenham um papel ativo na circulação de valores, bens e ideias entre diferentes contextos civilizacionais (Pym, 2014).

Do ponto de vista metodológico, esse enquadramento implica uma abordagem interdisciplinar e uma atenção particular às condições históricas concretas em que a tradução se exerce. Como defende Pym (2014), a história da tradução pode beneficiar de um alargamento conceitual que a situe no âmbito dos estudos interculturais, permitindo compreender a tradução como prática inserida em redes de mediação, negociação e conflito. Essa abordagem pressupõe uma articulação entre análise textual, reconstrução sociocultural e investigação histórica, valorizando os processos e os agentes envolvidos, mais do que os produtos finais da tradução.

## 2.2 Tradutor como intermediário intercultural

A teoria da intercultura atribui aos tradutores um papel ativo como intermediários e participantes nos processos de construção histórica. Essa perspectiva reconhece o seu envolvimento nas dinâmicas de contato entre culturas, destacando a sua função na mediação e negociação de sentidos, valores e interesses entre as partes envolvidas.

Segundo Pym (2012), ser tradutor implica “viajar”, tanto física quanto simbolicamente, entre culturas. É precisamente essa mobilidade que o torna um “mestiço” cultural, conceito que expressa a ideia de uma identidade híbrida e, por isso mesmo, apta a mediar eficazmente entre diferentes mundos discursivos.

Embora os tradutores possam exercer uma influência significativa na cooperação entre as partes envolvidas, eles não desempenham, em sentido estrito, o papel de negociadores, uma vez que não detêm autoridade formal para definir ou alterar as agendas das negociações. Ainda assim, a sua contribuição é crucial: atuam como intermediários, diretos ou indiretos, que influenciam os “custos de transação” e podem oferecer aconselhamento estratégico, funcionando como facilitadores nos processos de entendimento mútuo. Nesse sentido, a sua função aproxima-se da desempenhada por enviados diplomáticos das Nações Unidas, cuja missão consiste em estruturar, orientar e mediar os intercâmbios entre interlocutores com interesses distintos (Pym, 2012).

Nesse contexto, destaca-se o quinto princípio ético formulado por Pym (2012), segundo o qual recai sobre o tradutor a responsabilidade de promover cooperações interculturais sustentáveis a longo prazo. Esse princípio baseia-se em valores éticos fundamentais, como a confiança, o respeito pelo outro e a redução do sofrimento comunicativo, e orienta a prática tradutória no sentido da promoção de relações interculturais justas, estáveis e eticamente fundamentadas.

## 2.3 Aplicação empírica da teoria

Convém salientar que, no âmbito da teoria da intercultura, a posição de Pym revela certa oscilação. Por um lado, o autor propõe que “os tradutores são interseções” (Pym, 2014, pp. 177, 182); e por outro, ele reconhece os limites dessa formulação, admitindo que a interculturalidade deve ser entendida apenas como uma hipótese de trabalho, e não como uma verdade universal (Pym, 2012). Dessa forma, essa hipótese requer validação empírica, por meio de estudos de caso que articulem análise documental, reconstrução sociocultural e reflexão teórica. Somente por meio dessa triangulação metodológica será possível avaliar em que medida os tradutores atuaram efetivamente em espaços interculturais e de que maneira o fizeram.

É fundamental enquadrar a análise em duas dimensões complementares: a contextualização individual e a intercultural histórico-social. Na vertente da contextualização individual, o tradutor deve ser posicionado no centro da análise, com atenção especial às suas motivações, às escolhas e à rede de relações em que está inserido. Os tradutores não são meros autômatos de transferência linguística, mas sim agentes humanos, dotados de interesses, crenças e objetivos próprios (Pym, 2014). Por outro lado, a interculturalidade do tradutor não se constrói apenas a partir de experiências individuais específicas, mas também é moldada pelo contexto social em que ele atua. Nesse sentido, no campo da história da tradução, é fundamental ir além do evento tradutório isolado e considerar as estruturas históricas mais amplas que o enquadram e condicionam.

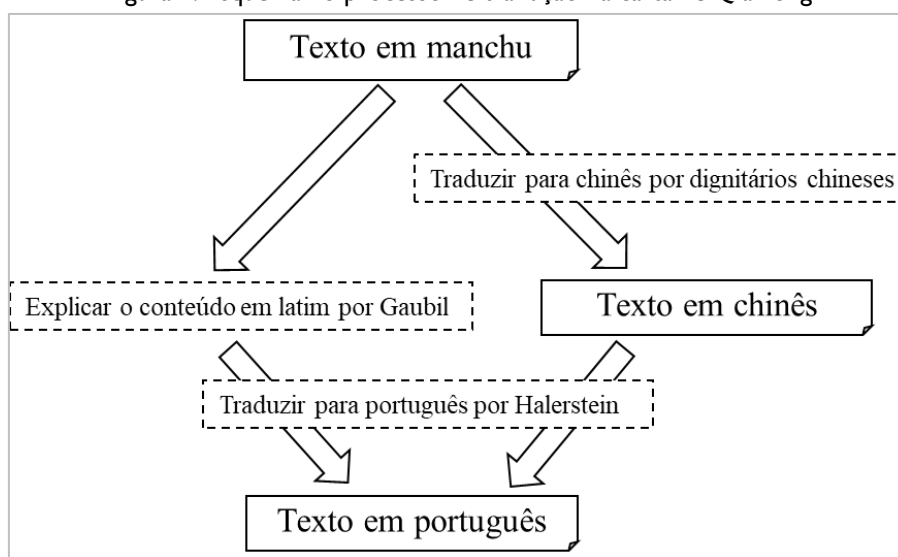


### 3. Tradução da missiva imperial como processo intercultural

Quando foi redigida a missiva? De que forma foi preparada e traduzida? Quem foi responsável pela versão portuguesa do documento? Essas são questões que, até o momento, não receberam a devida atenção. A data inscrita no *Grande Rolo Amarelo* é “Ano de Kien-lum XVIII, aos 25 da 4.<sup>a</sup> Lua”, equivalente ao dia 27 de maio de 1753. Foi precisamente nessa data que o embaixador Francisco de Pacheco e Sampaio recebeu, do imperador Qianlong, no jardim imperial de Yuan Ming Yuan (圓明園, Jardim da Perfeita Claridade, também conhecido como Jardim de Verão), a carta destinada ao rei D. José I, bem como a segunda parte dos presentes preparados pelo soberano chinês para o monarca português (Biker, 1879; Neuville, 1754).

As fontes históricas disponíveis indicam que foram o padre Antoine Gaubil (1689–1759)<sup>2</sup> e o padre Avguštin Haller von Hallerstein (1703–1774)<sup>3</sup> os responsáveis pela tradução da resposta imperial. No dia 12 de maio, ambos foram convocados para verter a missiva, que já havia sido redigida em manchu por ordem do imperador. Gaubil recebeu instruções para explicar o seu conteúdo em latim ao padre Hallerstein, encarregado de traduzi-lo para o português. Para esse fim, Gaubil contou com o auxílio do padre Alexandre de la Charme, também francês, fluente em manchu e seu colaborador habitual nas traduções entre o manchu e o latim. Ao mesmo tempo, os dignitários do tribunal traduziram o texto para o chinês. Com base na explicação em latim de Gaubil e na tradução chinesa, Hallerstein concluiu a versão portuguesa (Gaubil, 1970; Neuville, 1754). Esse processo está ilustrado na Figura 2:

Figura 2: Esquema do processo de tradução da carta de Qianlong



Fonte: Autor (2025)

<sup>2</sup> Antoine Gaubil (1689–1759), conhecido em chinês como Song Junrong (宋君榮), foi um jesuíta francês e um dos missionários europeus mais eruditos na China do século XVIII. Enviado às missões em 1721, estabeleceu-se em Pequim em 1723, onde viveu até sua morte. Destacava-se pelo domínio do chinês clássico e do manchu, além do francês e do latim (Pfister, 1934).

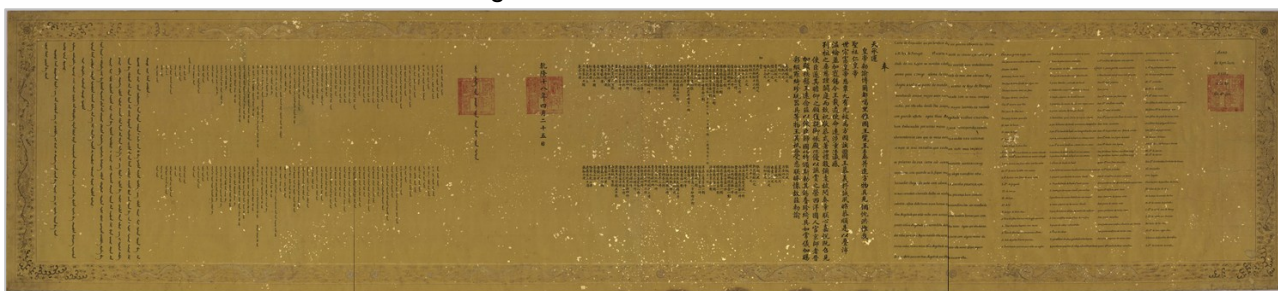
<sup>3</sup> Avguštin Haller von Hallerstein (1703–1774), conhecido como Agostinho Halerstein nas fontes portuguesas e Liu Songling (劉松齡) nas chinesas, foi um missionário jesuíta e astrônomo natural da Carníola (então parte da Monarquia dos Habsburgos, hoje Eslovênia). Destacou-se como intérprete e intermediário cultural, graças ao notável domínio do chinês clássico e do português (Pfister, 1934). Uma análise mais aprofundada será apresentada na seção 4.3.



A estrutura apresentada na Figura 2 parece sugerir uma hierarquia textual, com o manchu no topo, como texto de origem, e os textos em chinês e em português numa posição inferior, como traduções. No entanto, essa representação realmente reflete a relação entre os textos?

Ao observarmos o documento final, o *Grande Rolo Amarelo* (Figura 3), verificamos que os três textos aparecem dispostos paralelamente no plano gráfico. Ou seja, no produto final desaparecem os vestígios dos processos de tradução, tornando-se invisíveis as diferentes dinâmicas que levaram da versão original à versão chinesa e à portuguesa.

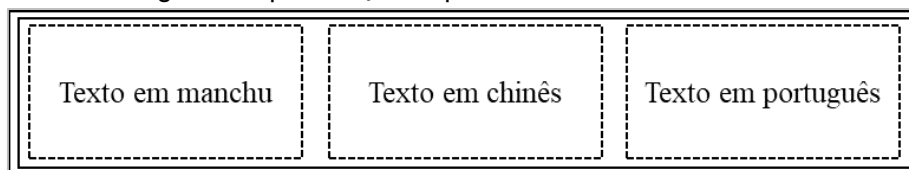
Figura 3: O *Grande Rolo Amarelo*



Fonte: Biblioteca da Ajuda

Para esclarecer essa situação, propomos uma representação simplificada do documento (Figura 4):

Figura 4: Representação simplificada do *Grande Rolo Amarelo*



Fonte: Autor (2025)

Nessa disposição, os três textos são apresentados como equivalentes — com o mesmo estatuto legal, sem qualquer hierarquia textual visível. Para o leitor, não importa qual é o original e quais são as traduções: todos os textos se equivalem funcional e juridicamente. Curiosamente, a disposição dos três textos em manchu, chinês e português pode ser entendida como um *super-sign*, conceito formulado por Lydia Liu (2004). Trata-se de uma cadeia transcultural de significação composta pelo próprio conceito e pela sua tradução. Um exemplo elucidativo é o caractere *yi* (夷), cujo significado passou a depender exclusivamente do termo inglês *barbarian* devido às forças armadas e diplomáticas britânicas, formando assim um *super-sign* “*yi* / *barbarian*”. Essa construção resulta de transformações históricas como a Guerra do Ópio e os confrontos diplomático-militares sino-britânicos no século XIX (Liu, 2004, p. 34-35).

Nesse enquadramento, o *Grande Rolo Amarelo* configura-se como uma expressão simbólica do poder imperial. Ao dispor lado a lado os textos em manchu, chinês e português, o imperador dos Qing não apenas institui uma ordem linguística e discursiva, como também legitima e estabelece conexões entre as versões. Essa organização trilingue pressupõe a imposição de correspondência semântica entre os textos, ainda que o próprio soberano não dominasse o português. Desse modo,

o significado das versões em manchu e chinês é projetado sobre o texto em português, ao qual se exige conformidade e fidelidade, reforçando-se, assim, a autoridade simbólica do imperador sobre o conteúdo e a sua recepção por parte do interlocutor estrangeiro.

Surge, portanto, uma questão fundamental: seriam os três textos apresentados no *Grande Rolo Amarelo* verdadeiramente idênticos, apesar da sua aparente equivalência formal? Para responder a essa pergunta, é essencial compreender que as três línguas utilizadas no documento pertencem, do ponto de vista cultural, a dois grupos distintos. Compreender essa divisão exige um breve enquadramento histórico e linguístico da dinastia Qing. Fundada oficialmente em 1636 por Hong Taiji, a dinastia Qing consolidou o seu poder com a entrada dos manchus em Pequim, em 1644. Dada a natureza multiétnica do império, a Corte Qing implementou progressivamente um sistema político-cultural multilíngue, capaz de responder às exigências administrativas e simbólicas da governança de uma população diversa. Nesse contexto, o manchu foi instituído como *guoyu* (國語, “língua nacional”) e *guoshu* (國書, “escrita nacional”), ao passo que se reconheceram igualmente como línguas oficiais os idiomas de quatro importantes grupos étnicos do império: os han, os mongóis, os tibetanos e os uígures (Deng, 2023)<sup>4</sup>.

Diante disso, o chinês, idioma majoritário entre os han, não deve ser entendido como uma língua estrangeira. Ao contrário, em conjunto com o manchu, integra o sistema linguístico-político do império e participa ativamente na construção da identidade dos Qing<sup>5</sup>. Assim, do ponto de vista simbólico e político, aos olhos do imperador Qianlong, a única língua verdadeiramente alheia no *Grande Rolo Amarelo* é o português, mesmo que o texto em chinês tenha sido, na prática, uma tradução do manchu.

Em termos práticos, neste estudo em particular, a diferença semântica entre a versão em manchu e a tradução em chinês é mínima, sendo esta última uma tradução quase palavra por palavra, embora redigida em uma linguagem mais erudita e refinada. Vejamos um exemplo no Quadro 1<sup>6</sup>:

Quadro 1: Comparação entre o manchu e o chinês

<b>Versão em manchu</b>	abkai hesei forgon be aliha hūwangdi hese, bordugaliya gurun-i wang de wasimbuha, wang ni wesimbuhe, jai baci tucike jaka jafaha be tuwafi, wang ni unenggi gūnin be saha, šengdzu gosin hūwangdi, šidzung temgetulehe hūwangdi, kesi abkai fejergi de selgiyebuhe, elden gubci bade akūnaha.
<b>Tradução literal da versão em manchu</b>	對博爾都噶裡雅國王降下皇帝敕命，查看王奏與所敬獻地方物產，已知王之誠意。聖祖仁皇帝，世宗憲皇帝，恩典傳揚天下，光耀遍及所有地方。
<b>Versão em chinês</b>	奉天承運皇帝敕諭博爾都噶裡雅國王：覽王奏，並進方物，具見惓忱。洪惟我聖祖仁皇帝、世宗憲皇帝，恩覃九有、光被萬方。

Fonte: Autor (2025)

<sup>4</sup> Para um conhecimento mais aprofundado sobre o papel do manchu como “língua nacional” da dinastia Qing, bem como a sua influência cultural e política e a relação com outras línguas oficiais, recomenda-se a leitura do trabalho de Deng (2021).

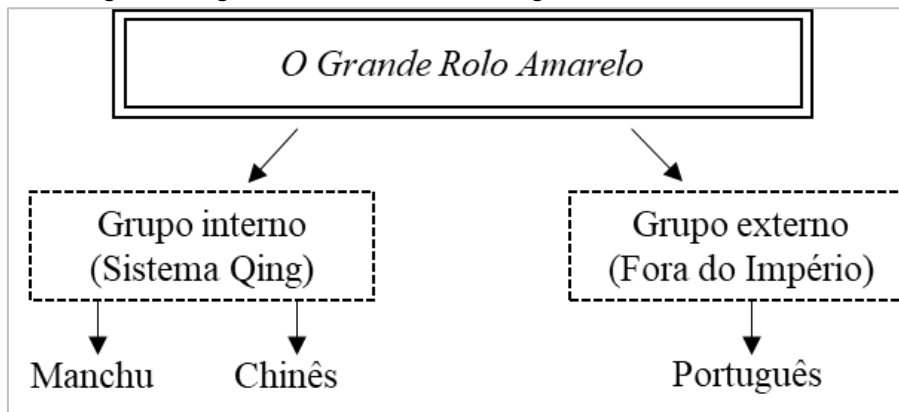
<sup>5</sup> Sob a influência da cultura Han, os imperadores da dinastia Qing foram fluentes na língua chinesa.

<sup>6</sup> A transcrição do texto em manchu e a análise comparativa entre as versões em manchu e em chinês foram realizadas pelo Professor Doutor Deng Ke. Consideramos que a ausência da versão em manchu não compromete a análise chinês-português da carta imperial na seção 4.2, especialmente tendo em vista que a versão portuguesa foi traduzida a partir da chinesa.



Desse modo, propomos outra leitura da configuração linguística desse documento histórico: por um lado, o português representa o elemento externo; por outro, o manchu e o chinês constituem o núcleo linguístico interno do Império Qing. Com base nessa lógica, elaboramos o seguinte esquema (Figura 5) para ilustrar graficamente a relação entre as três versões textuais:

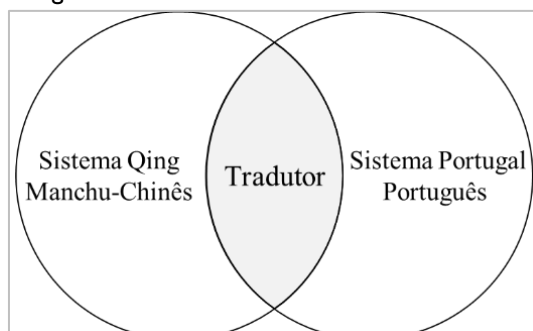
Figura 5: Organização cultural das três línguas no *Grande Rolo Amarelo*



Fonte: Autor (2025)

O esquema em questão pode ser reformulado. Os dois grupos linguísticos, ou seja, os dois sistemas político-culturais, não se encontram de forma isolada, como demonstrado na Figura 5. Conforme observado, o português, enquanto língua exótica ao universo simbólico do imperador, só adquire significado a partir da articulação entre os dois sistemas. Tal articulação pressupõe uma zona de interseção ou sobreposição, onde se insere a figura do tradutor, simultaneamente linguístico e cultural, cuja intervenção é indispensável para a produção do documento diplomático. Com base na representação da intercultura proposta por Pym (2014), propõe-se o seguinte esquema (Figura 6):

Figura 6: Intercultura no *Grande Rolo Amarelo*



Fonte: Autor (2025)

É oportuno retomar a Figura 2, apresentada no início desta seção como representação do processo de tradução da carta imperial. Uma comparação entre a Figura 2 e a Figura 6 evidencia uma “evolução” na compreensão da problemática da tradução. A Figura 2 constitui uma reconstituição fiel do evento, em consonância com as fontes históricas, resultado de um trabalho historiográfico. No entanto, apesar de contribuir para a reconstrução do ocorrido, esse esquema

permanece restrito a uma perspectiva linguística, pois se limita a apresentar a cadeia tradutória “manchu > chinês > português”, sem, contudo, evidenciar as relações complexas estabelecidas entre os três idiomas, tampouco destacar o elemento fundamental que permeia a prática tradutória: a dimensão cultural. O caso em análise – que será explorado de forma mais aprofundada na seção 4 – demonstra que, em contextos históricos concretos, a tradução se configura como um processo multifacetado, marcado por adaptações, negociações e concessões, fortemente condicionado por fatores culturais e políticos. Essa realidade contrasta com certos modelos teóricos mais simplificados, que a descrevem como um percurso linear entre dois polos — “pró-fonte” e “pró-alvo” (Oustinoff, 2011, pp. 53-54).

Em síntese, esse último esquema (Figura 6) possibilita reconfigurar a tradução da missiva imperial como um fenômeno intercultural, permitindo uma interpretação mais abrangente das transformações ocorridas ao longo do processo tradutório e conferindo ao tradutor um papel central na conexão e mediação entre universos culturais distintos. Partindo dessa fundamentação teórica, procederemos, na próxima seção, a uma análise textual e histórica mais detalhada.

#### **4. Na intercultural: análise textual e de mediação tradutória**

##### **4.1 Quando o Ocidente encontra o Oriente**

Antes de realizar uma análise textual da tradução do *Grande Rolo Amarelo*, é fundamental fazer uma breve retrospectiva histórica sobre o contexto em que a embaixada de Pacheco e Sampaio foi enviada à China. Na época, as relações internacionais modernas ainda não estavam estabelecidas. O princípio que, tanto do ponto de vista ideológico quanto prático, orientava e regulava os intercâmbios entre a China e o restante do mundo era o Sistema Tributário. Esse sistema baseava-se na ideia de superioridade cultural chinesa e tinha como objetivo não apenas manter relações diplomáticas e comerciais com outras nações, mas também reforçar a soberania do Império.

A seguir, apresenta-se uma síntese da origem, desenvolvimento e impactos históricos desse sistema, com base na análise pioneira e clássica de Fairbank e Têng (1941). O Sistema Tributário enraizava-se no conceito tradicional da centralidade da civilização chinesa, segundo o qual a China se via como o centro de uma ordem mundial civilizada, enquanto os países “bárbaros” eram considerados subordinados. Estes deveriam reconhecer a supremacia do imperador chinês e oferecer tributos como manifestação de lealdade e submissão. O modelo foi consolidado durante a dinastia Ming e perdurou durante a dinastia Qing, com adaptações para atender às necessidades políticas e militares do domínio manchu.

O Sistema Tributário exercia simultaneamente funções diplomáticas e comerciais. Os Estados tributários eram obrigados a enviar missões periódicas à Corte chinesa, oferecendo produtos locais e recebendo, em contrapartida, presentes imperiais. Dessa forma, essas missões funcionavam como canais para o comércio regulamentado, permitindo o intercâmbio de mercadorias entre os tributários e os comerciantes chineses. O sistema constituía, portanto, um instrumento essencial para a manutenção da ordem e do equilíbrio nas relações exteriores.

Com a era das Grandes Navegações, marinheiros, missionários, comerciantes e diplomatas europeus começaram a chegar ao Oriente. À semelhança dos Estados tributários vizinhos da China,



os ocidentais, para serem aceitos pelo governo imperial e, especialmente, para serem recebidos pelos imperadores, eram obrigados a apresentar-se sob o título de embaixadas tributárias, independentemente da sua vontade. Como consequência, o encontro entre a China e a Europa durante o período imperial resultou em uma tensão inconciliável, decorrente do conflito estrutural entre duas concepções civilizacionais distintas. No fundo, os países europeus, tecnológica e civilizacionalmente desenvolvidos, não aceitavam submeter-se à autoridade do Império Chinês. A partir de 1648, com a Paz de Vestfália, o princípio da igualdade soberana entre Estados começou a enraizar-se na mentalidade europeia. Aos olhos dos europeus, a China era sobretudo um parceiro comercial e um vasto território potencial para a propagação da fé cristã, e não uma potência superior à qual devessem vassalagem.

Esse quadro de tensão originou dois modelos de reação por parte das potências europeias. O primeiro, mais dramático e conflituoso, é ilustrado pela missão britânica de Lorde Macartney (1793), que enfrentou grandes dificuldades ao recusar realizar o tradicional *koutou* (três genuflexões e nove prostrações) exigido pela Corte de Pequim. A recusa culminou no encerramento da embaixada britânica sem que qualquer acordo fosse alcançado. Esse episódio é considerado um fracasso diplomático significativo, revelador das profundas divergências culturais e políticas entre a China imperial e as potências europeias emergentes.

O segundo modelo caracterizou-se pela adaptação flexível ao sistema chinês. Motivados pela necessidade de manter relações diplomáticas e comerciais, alguns países ocidentais adotaram estratégias para atenuar o potencial conflito. Um exemplo é a embaixada holandesa de 1795, que, dois anos após o fracasso britânico, foi calorosamente recebida pelo imperador Qianlong, em claro contraste com o destino da missão de Macartney (Andrade, 2021).

Outros exemplos significativos são as embaixadas portuguesas, ainda pouco estudadas. Segundo Saldanha (2000), os portugueses procuraram distinguir entre cortesia protocolar e submissão política. Embora aceitassem realizar o *koutou*, interpretavam-no como um gesto de cortesia pessoal, salvaguardando, assim, a dignidade da Coroa portuguesa perante os europeus. Estratégias complementares incluíram a negociação da classificação oficial das missões como “embaixadas de felicitação”, evitando a designação de “missões tributárias”, e o cuidado na redação da correspondência diplomática, sempre em termos de igualdade soberana. Ao aceitarem os rituais formais, mas recusarem qualquer reconhecimento de vassalagem, os diplomatas portugueses conseguiram manter uma presença eficaz na China sem comprometer a soberania nacional.

É nesse contexto que se insere a tradução da carta de Qianlong, a qual segue de perto os princípios diplomáticos portugueses. Na próxima seção, analisaremos as adaptações identificadas na tradução chinês-português da missiva imperial, resultado do confronto e acomodação entre as tradições diplomáticas do Oriente e do Ocidente.

## 4.2 Análise textual: do *chiyu* à carta

Nesta seção, realiza-se uma análise da tradução chinês-português do *Grande Rolo Amarelo*, em nível textual, com foco nas adaptações e na omissão de expressões que evidenciam um tom marcadamente altivo no texto original em chinês, tendo em vista o seu enquadramento no Sistema

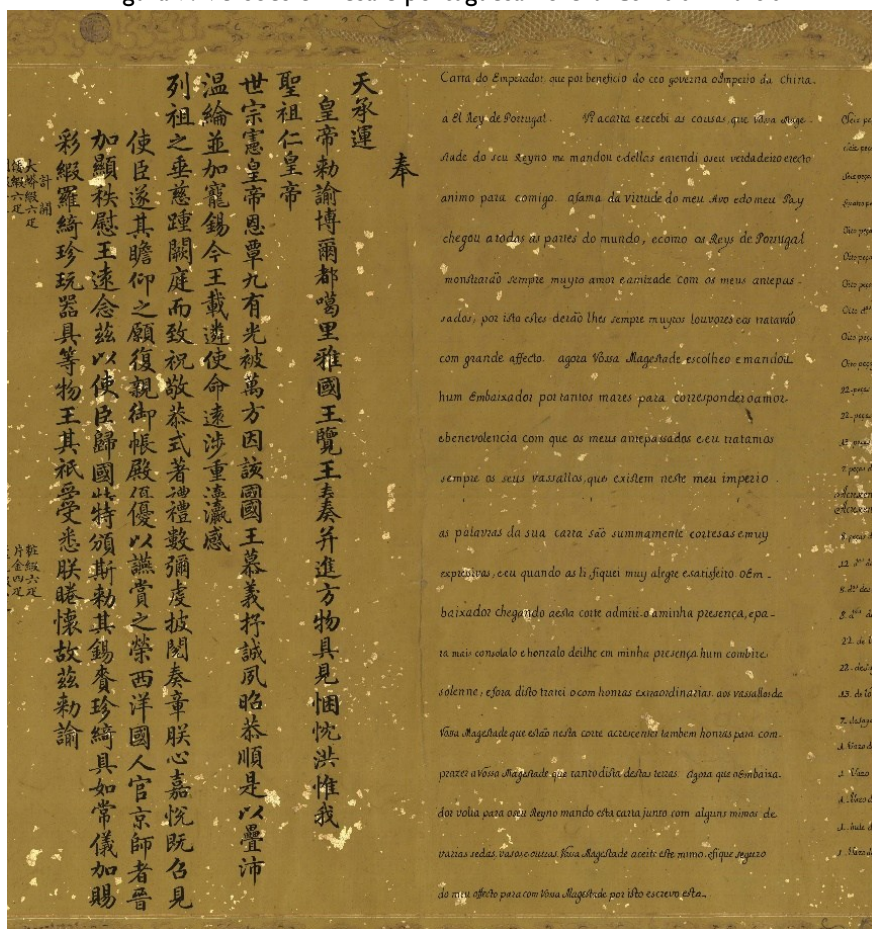


Tributário. Essa análise servirá de referência e fundamentação para a discussão acerca do papel do tradutor, padre Hallerstein, assim como de suas intenções e objetivos (seção 4.3).

Do ponto de vista estilístico, a carta do imperador Qianlong dirigida a D. José I assume a forma de um *chiyu* (敕諭, decreto ou édito imperial), gênero textual que corresponde a um *xiaxingwen* (下行文, documento remetente a inferiores), frequentemente utilizado na hierarquia administrativa tradicional chinesa. O *chiyu* era um instrumento formal de comunicação do imperador chinês, utilizado para transmitir ordens, decisões ou julgamentos a súditos ou entidades consideradas subordinadas na hierarquia política e cultural. Nas primeiras interações com potências europeias, os documentos emitidos pela Corte de Pequim também adotavam frequentemente a forma de *chiyu*. Esse fato revela a intenção das dinastias Ming e Qing de enquadrar os contatos com o exterior segundo a lógica tributária tradicional (He, 2016).

A carta em análise constitui, assim, uma manifestação simbólica do modelo relacional proposto pela China Qing: de um lado, o império posiciona-se como metrópole civilizacional e fonte de legitimidade; do outro, Portugal é representado como uma entidade periférica, submetida ao Sistema Tributário. O texto em chinês segue uma formatação rigorosa, típica dos textos oficiais da época, nomeadamente a escrita vertical e orientada da direita para a esquerda. Um dos elementos estruturais é o uso da fórmula de deferência, conhecida como *taige* (抬格), um recurso textual que visa expressar respeito hierárquico por meio da disposição gráfica (Figura 7).

Figura 7: Versões chinesa e portuguesa do Grande Rolo Amarelo



Fonte: Biblioteca da Ajuda

De modo geral, distinguem-se três tipos de *taige*: *dantai* (單抬), *shuangtai* (雙抬) e *santai* (三抬), que podem ser compreendidas, respectivamente, como fórmulas de deferência simples, dupla e tripla, conforme o número de caracteres deslocados para uma nova linha e graficamente elevados. A sua função é destacar determinados termos com elevado valor simbólico e hierárquico, conferindo-lhes uma posição gráfica de destaque, de acordo com as convenções protocolares e rituais da época.

No caso do *Grande Rolo Amarelo*, observa-se a aplicação da fórmula de deferência dupla, caracterizada pela colocação de determinados caracteres em nova linha e em posição elevada. Essa estrutura é visível na menção a termos como *tian* (天, céu), *shengzu* (聖祖, nome de templo do imperador Kangxi), *shizong* (世宗, nome de templo do imperador Yongzheng), *wenlun* (溫綸, decreto imperial) e *liezu* (列祖, antepassados imperiais). Por outro lado, o termo *huangdi* (皇帝, imperador), aqui referindo-se ao imperador Qianlong, encontra-se elevado em um único caractere, representando, assim, uma fórmula de deferência simples.

Vale destacar que a referência ao rei de Portugal (*Bo Er Du Ga Li Ya Guowang* 博爾都噶裡雅國王)<sup>7</sup> não recorre a nenhum tipo de *taige*, o que evidencia um contraste em relação aos títulos dos imperadores chineses. Além disso, na versão portuguesa da carta, essa fórmula de deferência está completamente ausente, o que elimina a representação explícita das diferenças hierárquicas fortemente salientadas no original chinês.

A seguir, nos Quadros 2 a 6, procede-se a uma análise comparativa de exemplos<sup>8</sup>. Iniciemos pela primeira frase:

Quadro 2: Exemplo 1

<b>Versão chinesa</b>	奉天承運皇帝敕諭博爾都噶裡雅國王
<b>Tradução literal</b>	O Imperador, por mandato do Céu e em cumprimento do destino celeste, decreta ao Rei de Portugal.
<b>Versão portuguesa</b>	Carta do Emperador, que por benefício do ceo governa o Imperio da China à El Rey de Portugal.

Fonte: Autor (2025)

Essa frase serve como introdução ao conteúdo do decreto imperial. A intervenção mais marcante nesse trecho é a interpretação do verbo *chiyu* (敕諭), traduzido como “carta” na versão em português. Como já foi observado, *chiyu* é uma expressão frequentemente empregada pelo imperador para ordenar e submeter os ministros. Nesse contexto, exerce função verbal, no sentido de “decretar” ou “ordenar”, manifestando a sua autoridade perante o rei de Portugal. Evidentemente, a versão portuguesa suaviza o tom imperativo, aproximando-o ao de uma correspondência entre iguais. Assim, o uso do termo “carta” reformula o poder imperial absoluto e supremo, adaptando-o ao princípio da igualdade entre Estados soberanos.

<sup>7</sup> Os nomes variantes de Portugal encontrados na literatura clássica chinesa incluem *Bo Er Du Wa Er* (波爾杜瓦爾), *Fo Lang Ji* (佛郎機), *Pu Li Du Jia* (蒲麗都家), *Da Xi Yang* (大西洋), *Xi Yang Guo* (西洋國), *Pu Tao Ya* (葡萄牙), entre outros (Yang, 2021).

<sup>8</sup> As citações diretas mantêm a grafia original da época, preservando a integridade dos documentos históricos. Para fins de análise e exposição interpretativa, foi adotada a ortografia moderna, com o objetivo de facilitar a leitura e a compreensão.



Quadro 3: Exemplo 2

<b>Versão chinesa</b>	覽王奏，並進方物，具見愜忱。
<b>Tradução literal</b>	Li o memorial apresentado pelo rei, acompanhado dos produtos regionais, o que demonstrou claramente a sua lealdade sincera.
<b>Versão portuguesa</b>	Vi a carta e recebi as cousas, que vossa Magestade do seu Reyno me mandou e dellas entendi o seu verdadeiro e recto animo para comigo.

Fonte: Autor (2025)

Esta frase menciona a carta e os presentes oferecidos por D. José a Qianlong. Do ponto de vista deste último, o documento entregue pelo monarca português foi um *zou* (奏), ou seja, um memorial ao trono, designação genérica para os documentos redigidos pelos ministros e dirigidos ao imperador, o que contrasta significativamente com o termo “carta” usado na versão portuguesa.

Além da carta, os presentes constituíam um componente indispensável em qualquer embaixada enviada a Pequim. Do ponto de vista português, a entrega da carta e dos presentes era, sobretudo, um gesto de amizade e boa vontade, ideia reiteradamente destacada na missiva de D. José I a Qianlong (Zhongguo Diyi Lishi Dan’anguan, 2000). Todavia, na perspectiva de Qianlong, essa mesma ação foi interpretada como uma demonstração de submissão e lealdade. Na versão chinesa, os presentes são descritos como *fangwu* (方物), literalmente “produtos regionais”, termo frequentemente utilizado no léxico das missões tributárias para designar tributos.

Na tradução para o português, a palavra escolhida para verter *fangwu*, “coisa”, é neutra. Vale ressaltar ainda que o verbo chinês utilizado, *jin* (進), carrega a conotação de *jingong* (進貢), isto é, a apresentação formal de tributos ao imperador. No entanto, essa carga semântica foi atenuada na versão portuguesa pelo uso do verbo “mandar”, suavizando o tom de subordinação.

Quadro 4: Exemplo 3

<b>Versão chinesa</b>	洪惟我聖祖仁皇帝、世宗憲皇帝，恩覃九有、光被萬方。因該國王慕義抒誠，夙昭恭順，是以疊沛溫綸，並加寵錫。
<b>Tradução literal</b>	A graça do Imperador Kangxi e do Imperador Yongzheng estendia-se pelos nove domínios, e a sua luz irradiava em todas as direções. Como os reis de Portugal reverenciavam a justiça e demonstravam sinceridade, manifestando desde sempre respeito e submissão, foram-lhes enviadas reiteradas cartas imperiais afáveis, bem como concedidos favores e dádivas.
<b>Versão portuguesa</b>	a fama da virtude do meu Avo e do meu Pay chegou a todas as partes do mundo, e como os Reis de Portugal mostrarão sempre muyto amor e amizade com os meus antepassados, por isto estes derão lhes sempre muytos louvores e os tratavão com grande affecto.

Fonte: Autor (2025)

A versão chinesa apresenta duas ideias principais. Por um lado, exalta a glória e o prestígio dos imperadores anteriores, utilizando uma linguagem pomposa e ornamentada, com expressões como “estendia-se pelos nove domínios” e “a sua luz irradiava em todas as direções”. Esses recursos têm como objetivo enaltecer a autoridade imperial e consagrar a imagem dos soberanos chineses, construindo um retrato de um império poderoso e universal. Por outro lado, na segunda frase, observa-se uma tentativa de rebaixar o estatuto dos reis de Portugal, apresentando-os como monarcas tributários, subordinados à autoridade do Império do Meio.





Esse contraste, no entanto, é diluído na versão em português. As formulações retóricas dedicadas aos imperadores chineses são suavizadas e simplificadas, sendo substituídas por expressões de caráter simples e modesto. Do mesmo modo, as descrições humildes referentes aos reis de Portugal também são suavizadas. As expressões que os colocavam numa posição hierarquicamente inferior, como “reverenciavam a justiça” e “manifestando desde sempre respeito e submissão”, foram substituídas por termos mais neutros, como “amor e amizade”. Em síntese, o tradutor realizou uma dupla modulação: atenuou tanto a linguagem exaltadora referente à parte chinesa quanto o tom de submissão atribuído à parte portuguesa.

Quadro 5: Exemplo 4

<b>Versão chinesa</b>	既召見使臣，逐其瞻仰之願；複親御帳殿，優以譙賞之榮。
<b>Tradução literal</b>	Tendo já concedido audiência ao embaixador, atendi ao seu desejo de me contemplar com reverência; voltei a recebê-lo pessoalmente no palácio imperial, concedendo-lhe generosamente a honra de participar de um banquete.
<b>Versão portuguesa</b>	O Embaixador chegando a esta corte admiti-o a minha presença, e para mais consolalo e honralo deilhe em minha presença hum combite solenne, e fora disto tratei-o com honras extraordinarias.

Fonte: Autor (2025)

Trata-se de uma referência à recepção do embaixador Pacheco e Sampaio na Corte de Pequim. As duas versões do relato transmitem, de maneira geral, ideias equivalentes. No entanto, observa-se uma nuance que reflete as diferentes perspectivas e posições. Na versão chinesa, constrói-se a imagem de um imperador elevado e dotado de autoridade absoluta, sendo com a sua autorização que se satisfaz o desejo do embaixador de “contemplar com reverência” a figura imperial. Já a versão portuguesa projeta uma representação mais comedida do imperador, desprovida de distanciamento ou ostentação, sugerida pela fórmula “admiti-o à minha presença”.

É importante notar que a versão portuguesa introduz um detalhe adicional com valor interpretativo: a menção explícita da honra concedida à embaixada, reforçada pela expressão “fora disto tratei-o com honras extraordinárias”, formulação ausente na versão chinesa, o que pode revelar uma intenção de destacar a distinção com que o representante português foi recebido por Qianlong.

Quadro 6: Exemplo 5

<b>Versão chinesa</b>	茲以使臣歸國，特頒斯敕。其錫賚珍綺，具如常儀；加賜彩緞羅綺、珍玩器具等物。
<b>Tradução literal</b>	Atendendo ao regresso do embaixador ao seu país, promulga-se, por este motivo, o presente decreto. Os presentes, compostos por tecidos preciosos de seda com padrões, obedecem aos rituais habituais; além disso, são-lhe ainda concedidos cetins luxuosos em diversas cores e desenhos, assim como objetos raros e utensílios de grande valor.
<b>Versão portuguesa</b>	agora que o Embaixador volta para o seu Reyno mando esta carta junto com alguns mimos de varias sedas, vasos, e outras.

Fonte: Autor (2025)

Este trecho encontra-se no final da carta. Além de enunciar o motivo da sua promulgação, “atendendo ao regresso do embaixador ao seu país”, utiliza-se uma linguagem elaborada para descrever os presentes oferecidos ao rei de Portugal.

Na concepção chinesa, a entrega do tributo e a concessão de presentes configuram uma prática recíproca entre a metrópole e a nação tributária, com implicações simultaneamente práticas e simbólicas. Influenciada pela ideologia que opunha *yi* (夷, estrangeiros ou “bárbaros”) a *hua* (華, civilização chinesa), a dinastia Ming, a partir do quarto ano do reinado de Hongwu (1371), implementou uma política de *haijin* (海禁, proibição marítima), destinada a pôr fim ao comércio privado com o exterior e a instaurar um sistema hierárquico centrado no império do Grande Ming. Neste contexto, instituiu-se o sistema de comércio tributário, que permitia a realização de transações comerciais sob o pretexto da apresentação de tributos. Embaixadores comerciais atravessavam os mares para chegar aos portos de Guangdong, Fujian e Zhejiang, onde os produtos eram examinados e, posteriormente, transportados para Pequim. Em retribuição, a Corte Ming oferecia aos Estados tributários presentes valiosos, como seda, moedas, tecidos e ouro, seguindo o princípio de *hou wang bo lai* (厚往薄來), ou seja, “oferecer generosamente e receber modestamente” (Li, 2007).

Em certa medida, os tributos entregues pelos Estados vassalos representavam uma manifestação das relações diplomáticas na China antiga (He, 2012). No contexto do sistema sino-central, o tributo não constituía apenas uma exigência material, mas assumia igualmente a natureza de um rito profundamente simbólico, destinado a formalizar a integração política dos povos estrangeiros na ordem civilizacional chinesa (Fairbank, 1942). Os presentes oferecidos, por sua vez, simbolizavam o reconhecimento e admissão do Estado vassalo no sistema cultural da China e, ao mesmo tempo, expressavam a afirmação do poder e da prosperidade do império.

Neste contexto, a oferta de presentes por Qianlong à embaixada portuguesa não se limitava a uma ação de caráter ritual e cerimonial, constituindo, antes, uma demonstração explícita da grandeza e da autoridade do império. Por conseguinte, a retribuição deveria superar, em qualidade e valor, os tributos recebidos, em conformidade com o princípio de “oferecer generosamente e receber modestamente”, como ilustrado na frase “加賜彩緞羅綺、珍玩器具等物” (“além disso, são-lhe ainda concedidos cetins luxuosos em diversas cores e desenhos, assim como objetos raros e utensílios de grande valor”). O verbo “*jiaci*” (加賜) significa, literalmente, “conceder adicionalmente”, evidenciando não apenas a relação hierárquica entre doador e receptor, mas também o caráter gracioso da concessão e o elevado valor das prendas oferecidas.

Analizadas as implicações da versão chinesa, torna-se evidente que a tradução portuguesa se afasta de uma verdadeira equivalência textual. Na versão original, a concessão de presentes é claramente dividida em duas etapas: os rituais habituais e uma oferta adicional de caráter extraordinário, expressando a graça imperial. Esta distinção, contudo, não encontra correspondência na versão portuguesa, onde a referência à benevolência imperial é totalmente omitida. Além disso, na tradução portuguesa, os presentes valiosos, minuciosamente descritos na versão de Qianlong, e que simbolizam orgulho e superioridade tanto pela quantidade quanto pela qualidade, são reduzidos a uma menção genérica a “alguns mimos de várias sedas, vasos, e outras”. Esta simplificação não apenas desvaloriza o significado cerimonial dos presentes, como também atenua a formalidade e a hierarquia implícitas no gesto, reinterpretando-o como uma simples cortesia entre amigos.

Em síntese, os exemplos analisados revelam uma questão comum: as alterações no processo de tradução contribuíram para suavizar certas expressões que manifestavam superioridade e altivez,



resultando na transformação de um *chiyu* em uma carta diplomática. Resta examinar as seguintes perguntas: quem deve ser considerado o principal responsável por essas mudanças? Quais foram as motivações? E o que esteve por trás, impulsionando esse processo? Na próxima seção, essas questões serão analisadas de forma aprofundada, com base nos registros históricos.

### 4.3 Mediação do tradutor na intercultura

As fontes primárias indicam que as adaptações na tradução portuguesa do *Grande Rolo Amarelo* foram introduzidas de forma deliberada pelo padre Hallerstein. Essa escolha é documentada numa carta de Antoine Gaubil enviada ao padre Ignazio Visconti (1682–1755), então Superior Geral da Companhia de Jesus:

Os magistrados do tribunal, por ordem do Imperador, traduziram para o chinês; o padre Agostinho, tendo examinado a versão chinesa e a latina, não escreveu em português aquelas expressões que, no original tártaro e chinês, estão redigidas com tanta soberba expressa; mas não duvido que ele tenha explicado tudo ao Senhor Embaixador. O texto em tártaro, traduzido quase literalmente para o latim por mim e pelo padre de la Charme, foi entregue ao padre Agostinho, e envio-o à Vossa Paternidade, para que veja que o Rei de Portugal não foi tratado de forma tão honrosa pelo Imperador. Contudo, todos nós aqui somos testemunhas de que o Senhor Embaixador agradou ao Imperador e foi recebido com as mais altas honras — porém, sempre como embaixador de um rei tributário<sup>9</sup> (Gaubil, 1970, p. 757-758, tradução nossa).

Como se observa, Hallerstein optou conscientemente por omitir ou atenuar determinadas expressões de evidente arrogância presentes nas versões em manchu e em chinês, o que se confirma pelos resultados da análise textual apresentada na seção 4.2.

Essa manipulação provavelmente não era um segredo entre a comunidade dos jesuítas. Para além dos padres diretamente envolvidos na tradução, o trecho acima indica que o Superior Geral da Companhia também foi informado sobre o ocorrido. Contudo, é interessante verificar que, em razão das alterações tradutórias, o rei de Portugal, destinatário da carta imperial, não teria tomado conhecimento da linguagem “desrespeitosa” originalmente utilizada, como se pode constatar na mesma carta de Gaubil (1970):

Aquilo que disse a Vossa Paternidade sobre a carta do Rei e sobre a resposta do Imperador, peço que o mantenha em sigilo; talvez o Rei de Portugal — a quem a Companhia tanto deve — se entristecesse ao ver que, por meio dos Padres da Companhia, se divulgasse entre o público que Sua Majestade foi tratado com tão pouca dignidade na corte chinesa<sup>10</sup> (Gaubil, 1970, p. 759, tradução nossa).

<sup>9</sup> “*Magnates tribunalis, Imperatoris mandato verterunt sinicè, P. Augustinus examinatis versione sinicâ, et latinâ, non scripsit lusitanicè eas voces quae sunt in originali tartarico et sinico tanta superbiâ expressae, sed non dubito quin ille omnia declaraverit D<sup>o</sup> [Domino] Legato. Tartaricum textum a me et [a] P. de la Charme latinè versum ferè ad verbum, tradidi P[at]ri Augustino, et mitto ad Vestram Paternitatem, inde videat Paternitas Vestra non ita honorificè fuisse tractatum Regem Lusitaniae ab Imperatore. Tamen hic omnes sumus testes D. Legatum Imperatori placuisse, et summis honoribus fuisse exceptum, sed semper tanquam Regis tributarii legatum*” (Gaubil, 1970, p. 757-758).

<sup>10</sup> “*Quod dixi Paternitati Vestrae de Regis epistolâ, et de Imperatoris responsio, id quaeso silentio premat, fortasse Lusitaniae Rex cui tantum debet Societas, doleat per P.P. Societatis in vulgus spargi, suam majestatem tam indecore fuisse tractatum in Curiâ sinensi*” (Gaubil, 1970, p. 759).

Lamenta-se, contudo, que nos relatos diretos de Hallerstein sobre a missão não haja qualquer menção a esse aspecto. O testemunho de Gaubil, no entanto, oferece uma explicação indireta: a intervenção de Hallerstein teria visado, de forma deliberada, suavizar as expressões “arrogantes” da missiva imperial e, assim, preservar a dignidade da Coroa portuguesa diante dos seus interlocutores europeus.

A intervenção de Hallerstein não deve ser compreendida como uma ação isolada, mas como parte integrante do seu papel contínuo como intermediário intercultural ao longo de toda a missão diplomática. A seguir, propomos discutir esse papel à luz da teoria de Anthony Pym e dos fatos históricos, estruturando nossa análise em duas vertentes: a primeira, mais direta e específica, refere-se à sua dupla identidade no cumprimento dessa tarefa diplomática; a segunda, de caráter mais contextual, relaciona-se às estratégias adotadas para garantir a sobrevivência do grupo de jesuítas na corte de Pequim.

A atuação de Hallerstein na missão caracterizou-se pelo acúmulo de duas funções complementares: por um lado, era membro da Companhia de Jesus estabelecido na China e correspondente da Coroa portuguesa; e por outro, servia como mandarim do Grande Qing e súdito do imperador Qianlong.

Em 1721, Hallerstein aderiu à Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada em 1534 por Inácio de Loyola e aprovada em 1540. No contexto do Padroado Português, sistema pelo qual a Santa Sé conferiu à Coroa portuguesa o direito e o dever de organizar e administrar a evangelização cristã nos territórios ultramarinos, Portugal detinha o privilégio de nomear bispos, fundar dioceses e igrejas, bem como gerir as missões nos territórios da Ásia, África e América do Sul. Assim, entre os séculos XVI e XVIII, todos os missionários destinados a regiões sob influência portuguesa, como a Índia, o Japão, a China ou o Sudeste Asiático, estavam sujeitos ao controle das autoridades eclesiásticas portuguesas e deviam passar por Portugal antes de seguirem para os seus destinos.

Foi nesse contexto que Hallerstein, antes de chegar à China via Macau, permaneceu em Portugal, onde manteve contatos relevantes com a Corte, nomeadamente com a rainha D. Maria Ana de Áustria, esposa de D. João V (Vilhena de Carvalho, 2018). Essa monarca, fiel devota da fé cristã e promotora ativa da obra cristã no Oriente, foi, de fato, uma figura determinante na concretização da embaixada de 1752 (Oliveira Marques, 1998)<sup>11</sup>. Graças ao Padroado e à sua experiência em Portugal, Hallerstein manteve uma ligação estreita com a Coroa portuguesa, dedicando-se, posteriormente, à obra de evangelização na Corte de Pequim, como comprovam as suas cartas privadas enviadas à Europa (Saje, 2015).

A participação de Hallerstein na embaixada de Pacheco e Sampaio teve origem numa carta da rainha D. Maria, recebida em 2 de outubro de 1752, logo depois da chegada da embaixada a Macau. Nessa carta, D. Maria confiava-lhe a missão de acolher a embaixada, bem como de orientar e apoiar o embaixador em todos os aspetos. Em resposta, após o cumprimento da missão, Hallerstein enviou à monarca portuguesa uma carta com uma descrição detalhada dos

---

<sup>11</sup> A formação da embaixada passou por diversas peripécias. A pesquisa ocidental disponível tende a considerar que foi D. Maria quem persuadiu o seu filho, D. José I, a enviar a missão. Essa questão não será desenvolvida neste momento, mas certamente merece uma análise mais aprofundada no futuro.

acontecimentos (Saje, 2015)<sup>12</sup>. Nesse sentido, pode-se afirmar que a sua participação direta e ativa resultou de uma incumbência formal atribuída pela Coroa portuguesa.

Para uma compreensão abrangente da identidade do padre Hallerstein, além da sua estreita ligação com Portugal, é preciso considerar e analisar o seu papel como mandarim do Grande Qing e como súdito do imperador Qianlong. Tendo chegado à China em 1738, destacou-se rapidamente pelas suas vastas competências em matemática e astronomia. Em 1739, foi convocado para Pequim, onde viria a ser nomeado presidente do Tribunal das Matemáticas, cargo que exerceu com distinção ao longo de quase três décadas. No desempenho dessas funções, Hallerstein coordenou observações astronômicas de grande rigor, registrando eclipses solares e lunares, os movimentos planetários e diversos fenômenos celestes. O valor dessas atividades transcendeu o mero interesse científico, assumindo uma dimensão política relevante, uma vez que a astronomia era intrinsecamente associada à legitimação do imperador como “Filho do Céu” (Pfister, 1934).

Entre 1752 e 1753, Hallerstein foi designado por Qianlong para se encarregar dos assuntos relacionados à missão portuguesa. Logo no início da estadia em Macau, Pacheco e Sampaio foi informado pelos padres locais de que as autoridades de Cantão não permitiriam a sua entrada na China a menos que aceitasse o título de tributário, sendo que a melhor solução seria estabelecer contato direto com os padres na Corte de Pequim. Aceita a sugestão, o embaixador enviou prontamente dois emissários à capital com uma carta dirigida a Hallerstein. Ao receber a correspondência, Hallerstein agiu rapidamente. Informou o imperador por via de Shu Hede (舒赫德)<sup>13</sup>, com quem mantinha estreitas relações pessoais, e aproveitou para propor que ele próprio se dirigisse a Macau para conduzir a embaixada até Pequim.

A notícia da embaixada da missão despertou grande interesse por parte do soberano<sup>14</sup>. Para Qianlong, a presença de uma embaixada ocidental que percorreu vastas distâncias, “atravessando tantos mares” para “venerar a justiça e exprimir sinceridade”, conforme escreveu na sua carta, representava uma manifestação simbólica do prestígio e da influência do Império. O pedido foi imediatamente aceito. Entusiasmado, Qianlong ordenou que Hallerstein partisse para Macau acompanhado de um mandarim manchu, sem sequer consultar ou informar previamente o Li Bu (禮部), o Tribunal dos Ritos, tradicionalmente responsável pelas relações exteriores. A decisão do imperador até surpreendeu os mandarins de Guangdong, que chegaram a afirmar que, por meios naturais, não teria sido possível que as negociações na Corte tivessem avançado tão rapidamente. A intervenção de Hallerstein resolveu as dificuldades enfrentadas pela embaixada e facilitou os trâmites da sua entrada na China (Biker, 1879)<sup>15</sup>.

Durante toda a permanência da delegação portuguesa na China, Hallerstein exerceu consistentemente a função de intermediário. Interveio em situações protocolares delicadas — como no banquete com o governador de Liangguang, em Cantão —, foi o responsável pela interpretação

<sup>12</sup> Não conseguimos encontrar, nos arquivos portugueses, a referida carta.

<sup>13</sup> No décimo sétimo ano do reinado de Qianlong (1752-1753), Shu Hede exercia as funções de Bingbu Shangshu (兵部尚書, Ministro da Guerra), Junjichu Xingzou (軍機處行走, Conselheiro da Junta Militar Imperial) e Bujun Tongling (步軍統領, Comandante das Forças da Capital).

<sup>14</sup> Hallerstein afirma que o imperador demonstrou, desde o início, grande expectativa em relação à embaixada (Saje, 2015).

<sup>15</sup> Para um conhecimento mais aprofundado dos impasses ocorridos em Macau, refira-se ao trabalho de Lu (2025).

em todas as audiências, e teve papel decisivo na autorização para que os membros da missão portassem espadas durante a primeira audiência, gesto considerado de grande honra. Traduziu a carta do rei de Portugal e a respectiva resposta de Qianlong — foco central deste estudo — e atuou como elo de comunicação entre a comitiva e a Corte em Pequim. Após o encerramento da missão, acompanhou a delegação no retorno a Macau. Pela competência e lealdade demonstradas, foi agraciado, logo após a primeira audiência com Pacheco e Sampaio, com o título de mandarim de terceira classe, concedido diretamente pelo imperador Qianlong (Biker, 1879).

Esse papel de intermediário é reconhecido pelo próprio padre, que admite:

O que realmente me consumiu as energias não foi esta viagem, que até pode ser considerada confortável, mas sim a necessidade de levar em conta que os enviados europeus talvez não compreendessem os costumes e hábitos formados na China ao longo de mil ou dois mil anos. Nessas ocasiões, cabia a mim atuar como intermediário nessas questões (Saje, 2015, p. 244).

Considerando a dupla função e identidade assumidas pelo padre Hallerstein, compreende-se que ele se posicionava na encruzilhada de duas culturas distintas, sendo, nas palavras de Vilhena de Carvalho (2018), “um homem entre dois mundos”. Neste caso específico, as culturas chinesa e portuguesa não se apresentavam como realidades isoladas, mas como esferas sobrepostas, encontrando-se ele próprio no ponto de interseção entre ambas (Pym, 2014). De um lado, vinculava-se ao sistema português, com o qual manteve sempre uma ligação eclesástica, reconhecendo a Coroa portuguesa como patrono religioso; do outro, integrava o sistema político e cultural da dinastia Qing. Hallerstein constituiu, assim, um agente inequivocamente intercultural, materializando o que Pym (2014) designa como a “interseção de duas culturas”.

A outra dimensão, mais contextualizada, a ser considerada na análise do papel de Hallerstein na tradução do *Grande Rolo Amarelo* está inevitavelmente vinculada aos interesses do grupo a que pertencia. Enquanto tradutor, a sua atuação não pode ser dissociada das circunstâncias pessoais, sociais e institucionais que o moldavam. Tal como defende Pym (2014), os tradutores devem ser compreendidos como agentes humanos, dotados de preferências, motivações e valores próprios, muitas vezes condicionados por experiências de vida únicas, filiações religiosas, aspirações de poder, lealdades familiares ou princípios éticos.

No contexto da China do século XVIII, a condição dos missionários cristãos conhecia uma progressiva degradação. Em regiões como Fujian, multiplicaram-se os episódios de perseguição religiosa, marcados por formas variadas de hostilidade e repressão. Mesmo em Pequim, onde tradicionalmente os missionários beneficiavam de maior proteção, a sua posição tornou-se progressivamente mais vulnerável. Na carta enviada à sua irmã em 1750, Hallerstein descreve as difíceis circunstâncias enfrentadas pelos missionários na China, além de expressar uma visão pessimista quanto à possibilidade de uma missão diplomática portuguesa (Saje, 2015).

Nesse cenário de crescente instabilidade, a embaixada portuguesa surgiu como uma oportunidade crucial. Entre os seus vários propósitos – como “cultivar por esse modo a amizade do Imperador atual, promover a conservação e o aumento das missões do mesmo império, restabelecimento do real padroado, e outros interesses políticos” (Biker, 1879, p. 55) –, a Coroa portuguesa pretendia, sobretudo, por meio dessa visita diplomática, suavizar o rigor das perseguições aos missionários pelo imperador chinês (Saje, 2015).





Os missionários viam nela um instrumento potencial de reconfiguração das relações com o poder imperial. Depositavam nela a esperança de um abrandamento das tensões religiosas e de uma possível revalorização do seu estatuto junto da Corte. O seu êxito e reconhecimento por parte do imperador Qianlong poderiam contribuir, posteriormente, para o fortalecimento da posição dos jesuítas e para o avanço das atividades missionárias. Por isso, pode-se afirmar que o sucesso da missão diplomática estava alinhado aos interesses coletivos da Companhia de Jesus.

O *chiyu* de Qianlong refletia o conflito fundamental entre a cultura política da dinastia Qing e os princípios da diplomacia ocidental. Diante da impossibilidade de alterar a ideologia chinesa, restava aos jesuítas a estratégia de mediação e adaptação cultural: por meio da tradução, buscavam minimizar os conflitos. Essa abordagem correspondia, em essência, à política de acomodação cultural adotada desde os tempos de Matteo Ricci (Zhang, 2022).

Nesse sentido, o papel de Hallerstein adquire particular relevância. Na confluência das suas identidades, missionário português e oficial a serviço da supervisão astronômica imperial, atuou como elo de comunicação e mediação entre dois universos culturais profundamente distintos. Face às divergências interculturais inconciliáveis, adotou uma estratégia de caráter adaptativo.

Essa estratégia permitiu conferir à carta um tom de diálogo entre interlocutores, o que contribuiu decisivamente para evitar conflitos entre os dois Estados, para a sua recepção favorável por parte da Corte portuguesa e, em última instância, para o sucesso global da missão diplomática. Como observa Pym (2012), os tradutores, apesar de não possuírem a autoridade de orientar negociações, são capazes de influenciar a cooperação. No caso de Hallerstein, essa influência manifestou-se de forma particularmente expressiva: embora não tenha intervenido diretamente nas negociações nem detivesse poder decisório, desempenhou um papel determinante enquanto tradutor-mediador, coordenando e equilibrando, de forma sutil, mas eficaz, as dinâmicas entre duas civilizações marcadamente distintas.

## 5. Considerações finais

No encerramento do seu relatório dirigido a D. José I, o embaixador Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio expressou, ainda que de forma velada, um sentimento de autossatisfação em relação ao desempenho da sua missão na China. Ele afirma:

Estes, Senhor, foram os sucessos que me pareceram dignos demais particular memória para os referir a Vossa Majestade, os quais só contarei como felizes, se ultimamente merecer a honra de Vossa Majestade se dar por bem servido das diligencias que fiz por cumprir nesta ocasião com as minhas obrigações (Biker, 1879, p. 100).

A discussão sobre o “êxito” da missão, neste artigo, concentra-se nos aspectos rituais e na preservação do prestígio da Coroa portuguesa, conforme indicado na *Carta Régia* de D. José I dirigida a Pacheco (Vilhena & Corte Real, 1752)<sup>16</sup>. Tendo em vista o comportamento da embaixada em consonância com essa carta, bem como a recepção calorosa e o reconhecimento por parte do

---

<sup>16</sup> É um documento detalhado com orientações e ordens sobre a conduta da embaixada na China, destacando a importância de preservar a imagem e a dignidade da Corte portuguesa. De modo geral, reflete as expectativas do rei em relação à missão diplomática.

imperador Qianlong, é possível afirmar que a missão cumpriu as suas tarefas na China<sup>17</sup>. Nessa perspectiva, a atuação de Hallerstein foi decisiva para o bom andamento e o êxito da missão diplomática.

As intervenções de Hallerstein no processo tradutório do *Grande Rolo Amarelo* deixaram uma influência sutil, mas decisiva, nas interações diplomáticas entre os dois lados, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso das relações bilaterais e para o intercâmbio intercultural, atenuando os confrontos estruturais entre a diplomacia europeia moderna e o Sistema Tributário imperial chinês. O seu papel articula-se com a proposta teórica de Pym, que concebe o tradutor como agente intercultural e a sua atuação como um processo de mediação e equilíbrio de discursos de poder. Esse modelo permite uma compreensão mais aprofundada das complexidades inerentes ao processo tradutório em contextos históricos e sociopolíticos, situando os estudos de tradução no âmbito mais amplo dos estudos interculturais.

Como foi observado na análise, a disposição dos três textos (manchu, chinês e português) no *Grande Rolo Amarelo* conferiu-lhes, à primeira vista, um estatuto de equivalência e de igual valor comunicativo, o que levou o imperador chinês a projetar o conteúdo das versões em manchu e chinês sobre o português. De modo simétrico, o rei de Portugal, desconhecedor das línguas orientais, teria interpretado a versão portuguesa como equivalente às demais. No entanto, ambos os monarcas poderiam ter ignorado um fato oculto: os textos não são paralelos nem semanticamente equivalentes. A sua convivência aparentemente harmoniosa no mesmo suporte material de seda revela-se como o resultado de uma mediação intercultural.

Embora a tradução entre chinês e português – línguas oficiais de países com influência significativa no cenário global contemporâneo – tenha ganhado uma atenção acadêmica crescente (Guerini et al., 2023), este campo de pesquisa ainda apresenta um vasto potencial de exploração. Em particular, a tradução no contexto histórico das relações entre a China e os países de língua portuguesa permanece insuficientemente estudada, necessitando de análises mais sistemáticas e aprofundadas.

Inspirados por Pym (2014), entendemos que a história da tradução é, em si, um estudo da interculturalidade, com implicações que vão além do passado. Em um cenário global marcado por tensões e choques culturais, a tradução continua a exercer um papel estratégico na diplomacia contemporânea. Assim, este estudo busca preencher uma lacuna na pesquisa acadêmica e contribuir para a reflexão sobre a tradução como prática essencial diante dos desafios internacionais atuais e futuros.

## Agradecimentos

À Dr.<sup>a</sup> Wenyu Cai, que, a meu pedido, se deslocou à Biblioteca da Ajuda (BA) para solicitar a cópia do *Grande Rolo Amarelo*; à Dr.<sup>a</sup> Fátima Gomes, que a recebeu de forma simpática e lhe prestou apoio precioso; à Dr.<sup>a</sup> Cristina Pinto Basto, Coordenadora da BA, pelo consentimento generoso quanto à utilização da imagem do *Grande Rolo Amarelo* para fins acadêmicos; ao Professor Doutor

---

<sup>17</sup> A avaliação geral dos resultados da missão diplomática é uma tarefa extremamente complexa, que será abordada com maior profundidade em estudos futuros. No presente trabalho, focamos a nossa atenção nas conquistas da embaixada no que respeita ao protocolo e à preservação da dignidade nacional.

Deng Ke, pela ajuda na transcrição e análise da versão manchu da carta de Qianlong; e aos pareceristas, cujos comentários e sugestões contribuíram substancialmente para o aperfeiçoamento deste trabalho.

## Referências

- Andrade, T. (2021). *The Last Embassy: The Dutch Mission of 1795 and the Forgotten History of Western Encounters with China*. Princeton University Press.
- Biker, J. F. J. (1879). *Memoria sobre o estabelecimento de Macau escripta pelo Visconde de Santarem; abreviada relação da embaixada que El-Rei D. João V mandou ao imperador da China e Tartaria; relatorio de Francisco de Assis Pacheco de Sampaio a El-Rei D. José I, dando conta dos successos da embaixada a que fôra mandado á Côrte de Pekim no anno de 1752*. Imprensa Nacional.
- Brazão, E. (1949). *Apontamentos para a história das relações diplomáticas de Portugal com a China*. Agência Geral das Colónias.
- Cronin, M. (1999). Anthony Pym. *Method in Translation History*. *Target*, 11(2), 399–401. <https://doi.org/10.1075/target.11.2.23cro>
- Deng, K. (2021). *Yi yi er zhi: Qing qianqi duoyuwen zhengzhi xia de fanyi zhengce yanjiu 以譯而治：清前期多語文政治下的翻譯政策研究 [Governar por meio da tradução: estudo sobre as políticas de tradução no contexto multilíngue da primeira fase da dinastia Qing]*. [Tese de doutoramento]. Lingnan University.
- Deng, K. (2023). *Qing qianqi duoyuwen zhengzhi xia de yuyan guanzhi yu "fanyi" shijie 清前期多語文政治下的語言管治與“翻譯”識解 [Governação linguística e compreensão da “tradução” no contexto da política multilíngue do início da dinastia Qing]*. *Fudan Tan Yi Lu 復旦談譯錄 [Revista de Estudos de Tradução da Universidade Fudan]*, 5, 5–35.
- Fairbank, J. K. (1942). Tributary Trade and China's Relations with the West. *The Far Eastern Quarterly*, 1(2), 129–149. <https://doi.org/10.2307/2049617>
- Fairbank, J. K., & Têng, S. Y. (1941). On the Ch'ing Tributary System. *Harvard Journal of Asiatic Studies*, 6(2), 135–246.
- Gaubil, A. (1970). *Correspondance de Pékin, 1722-1759*. Librairie Droz.
- Gomes, F. (2014). O Grande Rolo Amarelo. In M. Gastelo-Branco (Ed.), *Portugal-China: 500 anos* (pp. 131–137). Biblioteca Nacional de Portugal.
- Guerini, A., Ye, L., Han, L., & Zhang, X. (2023). Relações luso-afro-brasileiras e chinesas em tradução. *Cadernos de Tradução*, 43(esp. 3), 8–15. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2023.e97679>
- Harrison, H. (2021). *The Perils of Interpreting: The Extraordinary Lives of Two Translators between Qing China and the British Empire*. Princeton University Press.
- He, X. (2012). *Zuihou de tianchao: qingdai chaogong zhidu yanjiu 最後的天朝：清代朝貢制度研究 [O último império celestial: um estudo sobre o sistema tributário da dinastia Qing]*. Renmin Chubanshe 人民出版社.
- He, X. (2016). *Qingdai chaogong wenshu yanjiu 清代朝貢文書研究 [Estudo dos documentos tributários da dinastia Qing]*. Zhongshan Daxue Chubanshe 中山大學出版社.



- Jin, G. (2021). A retrospectiva e a perspectiva da investigação das relações sino-portuguesas: um ensaio sobre os estudos feitos nos meios académicos chineses nos últimos 40 anos. *Administração*, XXXIV(2), 1–31.
- Jin, G., & Wu, Z. (2003). Uma embaixada com dois embaixadores: novos dados orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan. *Administração*, XVI(2), 685–716.
- Li, Q. (2007). *Mingdai haiwai maoyi zhidu 明代貿易制度 [Sistema comercial da dinastia Ming]*. Shehui Kexue Wenxian Chubanshe 社會科學文獻出版社.
- Liu, L. H. (2004). *The Clash of Empires: The Invention of China in Modern World Making*. Harvard University Press.
- Ljungstedt, A. (1836). *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China; and of the Roman Catholic Church and Mission in China*. James Munroe & Co.
- Lu, C. (2025). Dashi haishi gongshi? — 1752 nian putaoya bazhege shituan xingzhi tanxi 大使還是貢使? ——1752 年葡萄牙巴哲格使團性質探析 [Embaixador ou enviado tributário? uma análise da natureza da embaixada portuguesa de Pacheco e Sampaio em 1752]. *Revista de Cultura* (edição chinesa), (123).
- Montalto de Jesus, C. A. (1902). *Historic Macao*. Kelly & Walsh.
- Neuvialle, J.-S. de. (1754). *Relação da jornada, que fez ao imperio da China, e summaria noticia da embaixada, que deo na corte de Pekim em o primeiro de mayo de 1753, o senhor Francisco Xavier Assiz Pacheco e Sampayo, professo na ordem de Christo: conselheiro do Conselho do Ultramar; e do de sua Magestade Fidelissima. escrita a hum padre da companhia de jesus, assistente em lisboa, pelo reverendo padre Newielhe francez, da mefma companhia; assistente no seu Collegio de Macáo*. Na Officina dos Herd. de ANTONIO PEDROZO GALRAM.
- Oliveira Marques, A. H. (1998). *História dos portugueses no extremo oriente: 2º volume: Macau e Timor – O declínio do império*. Fundação Oriente.
- Oustinoff, M. (2011). *Tradução: história, teorias e métodos* (M. Marcionilo, Trad.). Parábola Editorial.
- Pfister, L. (1934). *Notices biographiques et bibliographiques sur les Jésuites de l'ancienne mission de Chine: 1552–1773. Tome II, XVIIIe siècle*. Imprimerie de la Mission Catholique.
- Pym, A. (2012). *On Translator Ethics: Principles for Mediation between Cultures*. John Benjamins.
- Pym, A. (2014). *Method in Translation History*. Routledge.
- Saje, M. (2015). *Siluowenniya zai zhongguo de wenhua shizhe: Liu Songling 斯洛文尼亞在中國的文化使者: 劉松齡 [O embaixador cultural da Eslovénia na China: Liu Songling]*. Daxiang Chubanshe 大象出版社.
- Saldanha, A. V. (1996). *Estudos sobre as relações luso-chinesas*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Saldanha, A. V. (2000). Embassies and Tributes: Three Centuries of Portuguese Diplomatic Missions in China. *Ming Qing Yanjiu*, 9(1), 43–87.
- Teixeira, M. (1984). *Macau no século XVIII*. Imprensa Nacional de Macau.
- Ultima embaixada portuguesa á China. (1836, 30 de junho & 4 de julho). *O Macaista Imparcial*, 27–28; 32.
- Vilhena de Carvalho, A. (2015). Nós os franceses mais quisemos ver toda a sua cabeça: dois relatos e uma embaixada a Pequim (Pacheco de Sampaio, 1753). *Oriente Ocidente*, (32), 42–52.

- Vilhena de Carvalho, A. (2018). Num mundo diferente: Pacheco de Sampaio na China dos Qing (1752-1753) = In a different world: Pacheco de Sampaio in Qing's China (1752-1753). In J. Belard da Fonseca, M. M. d'Oliveira Martins & J. Santos Alves (Eds.), *Três embaixadas europeias à China = Three European embassies to China* (pp. 51–85). Fundação Oriente.
- Vilhena, T. P., & Corte Real, D. M. (1752). *Carta régia nomeando Francisco Xavier Assis Pacheco e Sampaio embaixador português no império da China*. [Manuscrito]. Biblioteca Nacional do Brasil. <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/276835>
- Wong, L. W.-c. (2022). *Long yu shi de duihua: fanyi yu majialeni fang hua shituan 龍與獅的對話：翻譯與馬戛爾尼訪華使團 [O diálogo entre o dragão e o leão: tradução e a embaixada de Macartney à China]*. The Chinese University of Hong Kong Press.
- Yang, S. (2021). Cong “bo er du wa er” dao “pu tao ya”: Portugal guoming yici de yanbian kaoxi 從“波爾杜瓦爾”到“葡萄牙”——Portugal 國名譯詞的演變考析 [Do “bo er du wa er” para “pu tao ya”: uma análise da evolução da tradução de Portugal]. In X. Li, G. Shen & R. Pan (Eds.), *Yazhou yu shijie 亞洲與世界 (第四輯) [A Ásia e o mundo]* (pp. 118–130). Shehui Kexue Wenxian Chubanshe 社會科學文獻出版社.
- Zhang, M. (2022). Análise da influência das obras em chinês de Matteo Ricci nos letrados chineses. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 22(2), 241–264. [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_22-2\\_11](https://doi.org/10.14195/1645-2259_22-2_11)
- Zhongguo Diyi Lishi Dan'anguan. (2000). *Zhong pu guanxi dang'an shiliao huibian 中葡關係檔案史料彙編 [Compilação de fontes arquivísticas sobre as relações sino-portuguesas]*. Zhongguo Dang'an Chubanshe 中國檔案出版社.
- Zhou, J. (1991). *Zhongpu wajiao shi 中葡外交史 [História das relações diplomáticas sino-portuguesas]*. Shangwu Yinshuguan 商務印書館.

## Anexos

### Anexo A – Texto em chinês da carta credencial do Imperador Qianlong dirigida a D. José I, Rei de Portugal

奉天承運皇帝敕諭博爾都噶里雅國王

覽王奏，並進方物，具見惓忱。洪惟我聖祖仁皇帝、世宗憲皇帝，恩覃九有、光被萬方。因該國王慕義抒誠，夙昭恭順，是以疊沛溫綸，並加寵錫。今王載遴使命，遠涉重瀛，感列祖之垂慈，踵關庭而致祝，敬恭式著，禮數彌虔。披閱奏章，朕心嘉悅。既召見使臣，逐其瞻仰之願；複親御帳殿，優以讌賞之榮。西洋國人官京師者，晉加顯秩，慰王遠念。茲以使臣歸國，特頒斯敕。其錫賚珍綺，具如常儀；加賜彩緞羅綺、珍玩器具等物。王其祇受，悉朕睠懷。故茲敕諭。

**Fonte:** Transcrição do *Grande Rolo Amarelo*, Biblioteca da Ajuda, com adaptação do formato e adição de pontuação.



## **Anexo B – Texto em português da carta credencial do Imperador Qianlong dirigida a D. José I, Rei de Portugal**

Carta do Emperador, que por beneficio do ceo governa o Imperio da China à El Rey de Portugal. Vi a carta e recebi as cousas, que vossa Magestade do seu Reyno me mandou e dellas entendi o seu verdadeiro e recto animo para comigo. a fama da virtude do meu Avo e do meu Pay chegou a todas as partes do mundo, e como os Reys de Portugal mostrarão sempre muyto amor e amizade com os meus antepassados, por isto estes derão lhes sempre muytos louvores e os tratavão com grande affecto. agora Vossa Magestade escolheo e mandou hum Embaixador por tantos mares para corresponder o amor e benevolencia com que os meus antepassados e eu tratamos sempre os seus vassallos, que existem neste meu imperio. as palavras da sua carta são summamente cortesas e muy expressivas, e eu quando as li, fiquei muy alegre e satisfeito. O Embaixador chegando a esta corte admiti-o a minha presença, e para mais consolalo e honralo deilhe em minha presença hum combite solenne, e fora disto tratei-o com honras extraordinarias. aos vassalos da Vossa Magestade que estão nesta corte acrescentei tambem honras para comprazer a Vossa Magestade que tanto dista destas terras. agora que o Embaixador volta para o seu Reyno mando esta carta junto com alguns mimos de varias sedas, vasos, e outras. Vossa Magestade aceite este mimo, e fique seguro do meu affecto para com Vossa Magestade por isto escrevo esta.

**Fonte:** Transcrição do *Grande Rolo Amarelo*, Biblioteca da Ajuda, com preservação da ortografia e do uso de maiúsculas e minúsculas da época.

### **Notas**

#### **Contribuição de autoria**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** C. Lu

**Coleta de dados:** C. Lu

**Análise de dados:** C. Lu

**Discussão dos resultados:** C. Lu

**Revisão e aprovação:** C. Lu

#### **Conjunto de dados de pesquisa**

O *Grande Rolo Amarelo*, objeto de análise deste estudo, é uma carta do imperador Qianlong, datada de 1753, com dimensões de 3850 x 860 mm, redigida em manchu, chinês e português. Trata-se de um rolo manuscrito em papel colado sobre seda amarela, atualmente integrado ao acervo da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, Portugal.

#### **Financiamento**

Não se aplica.

#### **Consentimento de uso de imagem**

As imagens do *Grande Rolo Amarelo* utilizadas neste trabalho foram fornecidas pela Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, Portugal, que consentiu o seu uso para fins acadêmicos.

#### **Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica.





## Conflito de interesses

Não se aplica.

## Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados desta pesquisa, que não estão expressos neste trabalho, poderão ser disponibilizados pelo(s) autor(es) mediante solicitação.

## Licença de uso

Os autores cedem à *Cadernos de Tradução* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (por exemplo: publicar em repositório institucional, em website pessoal, em redes sociais acadêmicas, publicar uma tradução, ou, ainda, republicar o trabalho como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

## Publisher

*Cadernos de Tradução* é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista *Cadernos de Tradução* é hospedada pelo [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## Editores do número especial

Xiang Zhang – Li Ye

## Editores de seção

Andréia Guerini – Willian Moura

## Normalização

Alice S. Rezende – Ingrid Bignardi – João G. P. Silveira – Kamila Oliveira

## Histórico

Recebido em: 30-04-2025

Aprovado em: 08-06-2025

Revisado em: 30-06-2025

Publicado em: 09-2025

